

# Plano, trunfo para o Brasil

BRASÍLIA — O governo brasileiro retoma as negociações com a comunidade financeira internacional, ainda este mês, com uma posição já definida e que, certamente, será mal recebida pelos bancos credores: não pretende fazer qualquer tipo de pagamento simbólico dos juros devidos como um gesto de "boa vontade". O primeiro passo das negociações será com a formalização de um acordo *stand by* com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que já no próximo mês estará recebendo a carta de intenções do governo Collor, comprometendo-se a cumprir metas de controle do desempenho da economia.

A expectativa da área econômica é de que no final de agosto a início de setembro o acordo esteja fechado e o Brasil já tenha o sinal verde para desencadear o processo de negociação para a redução da dívida externa brasileira, ponto central da proposta aos bancos credores. Este panorama geral da negociação externa foi revelada ontem pelo negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, que hoje segue com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, para Washington.

Durante os quatro dias que permanecerá nos Estados Unidos, Zélia e a comitiva brasileira manterão encontros com o diretor-presidente do FMI, Michael Camdessus, autoridades do governo norte-americano e ministros da Fazenda dos países que vão participar da reunião anual do comitê interno do FMI e de Desenvolvimento do Banco Mundial (Bird). Na sua agenda também figuram dirigentes do Bird e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias.

As opções que serão apresentadas aos bancos credores ainda é objeto de segredo. A ministra Zélia sinalizará, apenas, que a intenção do governo Collor é dar um tratamento especial à redução da dívida, através de diversos mecanismos — como os projetos de conversão — e buscará uma descentralização dos contatos com os bancos credores. Assim, estará neutralizando a ação do comitê interno, que nos governos passados foi o porta-voz dos banqueiros internacionais. O discurso não será o do confronto. "O Brasil não busca o confronto, mas espera que todos entendam que o programa de estabilização impõe restrições aos pagamentos externos", explica o embaixador, insistindo em que o número de US\$ 5 bilhões continua como referência ao limite das remessas ao exterior, a título de pagamento de juros, este ano.

A postura do governo é de não efetuar qualquer tipo de pagamento simbólico de juros atrasados. O sinal de "boa vontade", segundo Dauster, é a decisão do governo em negociar e chegar a um consenso com os credores.